



Handwritten signatures in blue ink.

Junta de Freguesia de Tadem

Concelho de Braga

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO EM 2017 LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO

Relatório de avaliação do ano 2017

1

(Titularidade do Direito de Oposição)

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio, são atualmente, titulares do direito de oposição na Junta de Freguesia de Tadem, a Coligação Juntos por Braga - PSD/CDS , que está representada na Assembleia de Freguesia, mas não no executivo da Junta de Freguesia.-----

2

(Conteúdo do Direito de Oposição)

De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 4º da mencionada Lei, os referidos titulares têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.-----

Essas informações, em obediência ao nº 2 do mesmo artigo, devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partido políticos e demais titulares do direito de oposição.-----

3

(Relatório de Avaliação do Grau de Observância da Lei)

De acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 10º da mesma Lei, a Junta de Freguesia deve elaborar, até ao final do mês de Março do ano subsequente àquele a que se refira, o relatório de avaliação do grau de observância, que a seguir apresentamos:-----



Junta de Freguesia de Tadim

Concelho de Braga

I – Orientações Adotadas

Os titulares do direito de oposição foram informados pela Junta de Freguesia das orientações por esta adotadas através de:-----

- 1 – Documentos Previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento), relatório de Gestão e documentos de prestação de contas;-----
- 2 – Informações escritas do Presidente da Junta sobre as Atividades da Junta, apreciadas em cada sessão da Assembleia de Freguesia;-----
- 3 – Informações verbais dadas na Assembleia de Freguesia;-----
- 4 – Resposta a requerimento e esclarecimentos remetidos pelos membros da Assembleia;-----
- 5 – Cedência de toda a documentação solicitada pelos membros da Assembleia;-----
- 6 – Disponibilidade para consultar toda a documentação solicitada, em horário de funcionamento da Junta de Freguesia e outro acordado com os requerentes;-----
- 7 – Consulta prévia de documentos a serem aprovados pela Assembleia;-----

II - Consulta Prévia

Visto que ao abrigo do disposto nº3 do artigo 5º da aludida Lei, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de Atividade, vem esta Junta expor o seguinte:-----

Para dar cumprimento ao estipulado neste artigo, os titulares do direito de oposição foram auscultados e convidados a pronunciar-se sobre atividades da Junta, obras, acordo de execução, etc., em sede de Assembleia de Freguesia.-----

III – Direito da Participação

Uma vez que os partidos políticos da oposição, ao abrigo do estatuído no artigo 6º da



Junta de Freguesia de Tadim

Concelho de Braga

mencionada Lei, têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem, esta Junta observou o procedimento seguinte:-----

1 – Os titulares do direito de oposição, tiveram a possibilidade de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, nomeadamente, no decurso das sessões da Assembleia de Freguesia, e a participar, entre outros, nas seguinte atividades:-----

Almoço dos Idosos, Jantar de Reis (CMB), Dia de Tadim e Entrega de Prémios de Mérito Escolar.-----

IV – Pronúncia dos Partidos da Oposição Sobre o Presente Relatório

Nos termos do disposto no artigo 10º, este relatório, depois de aprovado pela Junta de Freguesia, será remetido aos titulares do direito de oposição, para que sobre ele se pronunciem e, se assim o entenderem, requererem a sua discussão pública em conjunto com as eventuais resposta na Assembleia de Freguesia.-----

Nos termos do estabelecido na alínea s) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/213, de 12 de Setembro, o Presidente da Junta de Freguesia deverá publicar o presente relatório através de Editar, que será também publicado na página eletrónica da Junta.-----

Aprovado por unanimidade em reunião de Junta de Freguesia em 29 de Março de 2018.-----

O Presidente Manuel Pereira Faur
O Secretário João António Pereira da Silva
O Tesoureiro Bruno Piquet

